

Colégio  
00001Sala  
0001Ordem  
0001

Fevereiro/2023



## Concurso Público para o Provimento de Cargos de **Analista Judiciário** **Área Administrativa** **Especialidade Contabilidade**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA****Conhecimentos Gerais**  
**Conhecimentos Específicos**  
**Discursiva-Redação**

### INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Que seja livre o que chegar, que seja doce o que ficar e que seja breve o que tiver que ir.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde à sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

#### VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo:  A  B  C  D  E
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

#### ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, códigos, manuais, notas ou impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva-Redação a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

**Atenção:** Para responder às questões de números 1 a 8, baseie-se no texto abaixo.

**Aspectos da imigração contemporânea**

À medida que cada vez mais pessoas cruzam as mais variadas fronteiras em busca de emprego, segurança e um futuro melhor, a necessidade de confrontar, assimilar ou expulsar estrangeiros cria tensão entre sistemas políticos e identidades coletivas formadas em tempos menos fluidos. Em nenhum lugar o problema é mais agudo que na Europa. A União Europeia foi construída sobre a promessa de transcender as diferenças culturais entre franceses, alemães, espanhóis e gregos. E pode desmoronar devido a sua incapacidade de incluir as diferenças culturais entre europeus e imigrantes da África e do Oriente Médio. Ironicamente, foi, em primeiro lugar, o próprio sucesso da Europa em construir um sistema próspero e multicultural que atraiu tantos imigrantes.

A crescente onda de refugiados e imigrantes provoca reações mistas entre os europeus e desencadeia discussões amargas sobre a identidade e o futuro da Europa. Alguns europeus exigem que a Europa feche seus portões: estarão traindo os ideais multiculturais e de tolerância já aceitos ou só adotando medidas para evitar um desastre de grandes proporções? Outros clamam por uma abertura maior dos portões: estarão sendo fiéis ao cerne dos valores europeus ou serão culpados de sobrecarregar o projeto do continente com expectativas inviáveis?

Discussões desse tipo sobre a imigração degeneram numa gritaria na qual nenhum dos lados ouve o outro. Mas por baixo de todos esses debates espreita uma questão mais fundamental, relativa a como entendemos a cultura humana. Será que entramos no debate sobre imigração com a suposição de que todas as culturas são inerentemente iguais, ou achamos que algumas culturas talvez sejam superiores a outras? Quando os alemães discutem a absorção de um milhão de refugiados sírios, imagina-se que possa haver resistência por quem considere que a cultura alemã é de algum modo melhor que a cultura síria? O fenômeno mundial da imigração põe à prova não apenas a diversidade de valores, mas os preconceitos que podem estar arraigados em cada cultura nacional.

(Adaptado de: HARARI, Yuval Noah. **21 lições para o século 21**. Trad. Paulo Geiger. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 178-179)

1. A **tensão entre sistemas políticos e identidades coletivas**, referida no primeiro parágrafo, decorre
  - (A) tão somente por conta da incapacidade de assimilar culturas estrangeiras.
  - (B) exclusivamente do confronto dos valores estrangeiros com os nacionais.
  - (C) da difícil escolha entre as opções decisivas que se abrem no processo migratório.
  - (D) sobretudo da catástrofe econômica que o fenômeno migratório traz consigo.
  - (E) em primeiro lugar da falta de alternativas diante do fato consumado da imigração.

---

2. Constituem uma **causa** e sua **consequência**, respectivamente, as seguintes afirmações expressas no primeiro parágrafo:
  - (A) *cruzam as mais variadas fronteiras / em busca de emprego, segurança e um futuro melhor.*
  - (B) *A União Europeia foi construída / sobre a promessa de transcender as diferenças culturais.*
  - (C) *construir um sistema próspero / Em nenhum lugar o problema é mais agudo.*
  - (D) *incapacidade de incluir as diferenças culturais / pode desmoronar.*
  - (E) *À medida que cada vez mais pessoas / cruzam as mais variadas fronteiras.*

---

3. Cada uma das duas frases interrogativas do segundo parágrafo expressa, internamente, a
  - (A) convicção de uma premissa e de sua decorrência lógica.
  - (B) relação entre duas hipóteses assemelhadas.
  - (C) conciliação final entre providências divergentes.
  - (D) impossibilidade de qualquer nexos entre duas decisões possíveis.
  - (E) ambiguidade que marca o sentido final de uma decisão.

---

4. No terceiro parágrafo, a **questão fundamental que espreita por baixo de todos esses debates**
  - (A) é o acordo final a que costumam chegar os debatedores mais lúcidos.
  - (B) está na possibilidade de se aceitar ou se recusar a validade das diversas culturas.
  - (C) não é mais que um falso problema, que acaba por se tornar relevante.
  - (D) consiste em privilegiar tão somente a razão do adversário mais forte.
  - (E) revela-se no preconceito que as culturas superiores cultivam diante das inferiores.



5. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:
- (A) Não decorrerá das diferenças culturais entre europeus e imigrantes o que há de mais problemático nas migrações?
  - (B) A exigência de que os europeus se fechem para impedir os fluxos imigratórios não condizem com os ideais de uma política humanitária.
  - (C) O que importam nesses debates todos são os diversos critérios pelos quais cada cultura pretende se legitimar diante de uma outra.
  - (D) A diversidade de valores e de preconceitos mostram-se sobretudo quando as culturas confrontam seus paradigmas de civilização.
  - (E) A menos que hajam apelos à força e ao domínio físico, não é comum que o sistema de uma cultura apague o de outra.
- 
6. Está plenamente adequado o emprego do elemento sublinhado na frase:
- (A) As reações hostis com que são vítimas os imigrantes constituem um crime contra a humanidade.
  - (B) Os preconceitos culturais aos quais tantos povos que se dizem superiores se nutrem são abomináveis.
  - (C) Os valores por cujos algumas culturas se afirmam podem ser perfeitamente contraditados por outras.
  - (D) Os critérios de valor dos quais algumas civilizações não prescindiram acabaram por se tornar anacrônicos.
  - (E) A diversidade de valores, da qual tantos fazem questão de ignorar, deveria ser vista como natural num mundo globalizado.
- 
7. Transpondo-se para a voz **passiva** a frase **O fenômeno mundial da imigração põe à prova a diversidade de valores e os preconceitos**, obtém-se a forma verbal
- (A) são postos à prova
  - (B) provam
  - (C) têm provado
  - (D) terão sido postos à prova
  - (E) provam-se
- 
8. É plenamente correta, coesa e coerente a redação da seguinte frase:
- (A) Conquanto hajam divergências de opiniões, não será fácil algum consenso entre os críticos da imigração.
  - (B) Espera-se que se conciliem os interesses divergentes de imigrantes e europeus, a menos que venham se a confrontar uns aos outros.
  - (C) Vem de longa data o debate sobre as consequências da imigração em massa, o que não se espera possam superar tão cedo como está previsto.
  - (D) Em razão de haver preconceitos culturais, há povos que se eximem completamente de considerar os valores próprios de outros povos.
  - (E) Tome-se esta ou aquela decisão diante do fenômeno da imigração, não importa, conseqüentemente ambas podem ser injustas.

**Atenção:** Para responder às questões de números 9 a 13, baseie-se no texto abaixo.

### [Cidades devastadas]

*Em vinte anos eliminaram a minha cidade e edificaram uma cidade estranha. Para quem continuou morando lá, a amputação pode ter sido lenta, quase indolor; para mim, foi uma cirurgia de urgência, sem a inconsciência do anestésico.*

*Enterraram a minha cidade e muito de mim com ela. Por cima de nós construíram casas modernas, arranha-céus, agências bancárias; pintaram tudo, deceparam árvores, demoliram, mudaram fachadas. Como se tivessem o propósito de desorientar-me, de destruir tudo o que me estendia uma ponte entre o que sou e o que fui. Enterraram-me vivo na cidade morta.*

*Mas, feliz ou infelizmente, ainda não conseguiram soterrar de todo a minha cidade. Vou andando pela paisagem nova, desconhecida, pela paisagem que não me quer e eu não entendo, quando de repente, entre dois prédios hostis, esquecida por enquanto dos zangões imobiliários, surge, intacta e doce, a casa de Maria. Dói também a casa de Maria, mas é uma dor que conheço, íntima e amiga.*

*Não digo nada a ninguém, disfarço o espanto dessa descoberta para não chamar o empreiteiro das demolições. Ah, se eles, os empreiteiros, soubessem que aqui e ali repontam restos emocionantes da minha cidade em ruínas! Se eles soubessem que aqui e ali vou encontrando passadiços que me permitem cruzar o abismo!*

(Adaptado de CAMPOS, Paulo Mendes. **Os sabiás da crônica. Antologia.** Belo Horizonte: Autêntica, 2021, p. 209-210)

9. A percepção do autor de que eliminaram a sua cidade
- (A) ocorre por conta de um distanciamento gradativo a que a submeteu.
  - (B) expressa-se segundo o processo figurativo de uma personificação dela.
  - (C) mantém-se objetiva do princípio ao fim do texto, sem relativismo possível.
  - (D) decorre da oportunidade de vir a redescobri-la por completo.
  - (E) convence-o de que tudo o que viveu poeticamente naquele espaço foi ilusório.



10. Nos dois parágrafos finais do texto, o cronista ressalta que,
- (A) por conta da destruição de sua cidade, ele passou a imaginar inéditas emoções.
  - (B) em meio a tudo o que foi destruído, encontrou sinais de resiliência diante da devastação.
  - (C) para atender a seus interesses, os empreiteiros preservam aqui e ali vestígios do passado.
  - (D) graças a um antigo amor, recuperou uma visão abrangente de sua cidade perdida.
  - (E) diante de prédios novos, um antigo amor brotou por força da memória imaginativa.
- 
11. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
- (A) *sem a inconsciência do anestésico* (1º parágrafo) = afora a inconsistência do paliativo.
  - (B) *Como se tivessem o propósito* (2º parágrafo) = à medida que agissem deliberadamente.
  - (C) *o que me estendia uma ponte* (2º parágrafo) = o que me facultava tolher.
  - (D) *esquecida por enquanto dos zangões imobiliários* (3º parágrafo) = poupada até agora do furor imobiliário.
  - (E) *aqui e ali repontam restos emocionantes* (4º parágrafo) = alhures recobrem-se vestígios tocantes.
- 
12. Está correto o emprego de todas as formas verbais na frase:
- (A) Quem se propor a recuperar a visão de sua cidade natal, municie-se de muita tolerância.
  - (B) Para que se revejem vestígios da nossa antiga cidade, urge alimentar a imaginação.
  - (C) Conter-se-ia nossa decepção caso déssemos, de súbito, com uma casinha poupada?
  - (D) A menos que retêssemos na memória uma imagem fiel, nada escaparia a tal devastação.
  - (E) Ele havia salvo da devastação da cidade alguns vestígios que se mantiveram vivos.
- 
13. A remoção da vírgula altera o sentido da seguinte frase:
- (A) Diante do cenário atual de sua querida cidade, o cronista sentiu os efeitos de uma verdadeira devastação.
  - (B) Não é incomum que nos sintamos traídos, quando voltamos a uma paragem antiga e não a reconhecemos.
  - (C) A cada vez que imaginamos haver retido uma imagem fiel, pode suceder que a realidade a apague.
  - (D) Observando o que restou de sua cidade, o cronista encontrou na casa de Maria um vestígio dolorido do passado.
  - (E) Os empreiteiros não se importam com as cidades históricas, que pretendem tornar modernas.

**Atenção:** Para responder às questões de números 14 a 17, baseie-se no texto abaixo:

#### No voo da caneta

*Numa das cartas ao seu amigo Mário de Andrade, assegurava-lhe o poeta Carlos Drummond de Andrade que era com uma caneta na mão que costumava viver as suas maiores emoções.*

*Comentando isso numa das minhas aulas de Literatura, atentei para a reação de um jovem aluno: um visível sentimento de piedade por aquele "poeta sitiado e infeliz, homem de gabinete, tímido mineiro que não se atirou à vida" tal como em seguida ele me explicou sua reação.*

*Não tive como lhe dizer, naquele momento, que entre as tantas formas de se atirar à vida está a de se valer de uma caneta para perseguir poemas e achar as falas humanas mais urgentes e precisas, essenciais para quem as diz, indispensáveis para quem as ouve, vivas para dentro e para além do tempo e do espaço imediatos. Espero que o jovem aluno logo tenha se convencido de que um poeta torna aberto para todos o universo reflexivo de sua intimidade, onde também podemos reconhecer algo da nossa.*

(Aldair Rômulo Siqueira, a publicar)

14. A confissão que o poeta Carlos Drummond de Andrade fez numa carta ao seu amigo Mário de Andrade equivale a declarar que
- (A) a poesia afasta o poeta da realidade, e com isso o poupa de sofrer as emoções que o cotidiano infeliz lhe traz.
  - (B) uma caneta na mão de um escritor corresponde à ilusão que um guerreiro tem em relação ao poder de sua arma.
  - (C) a expressão poética pode trazer para quem a cultiva a intensidade emocional das experiências mais bem vividas.
  - (D) a arte da poesia é de tal modo compensatória que nos faz esquecer a qualidade mesma das emoções verdadeiras.
  - (E) aos poetas cabe imaginar um mundo de emoções tão pessoais que elas acabam por se fecharem em si mesmas.



15. Para o jovem aluno de Literatura, a confissão de Drummond ao seu amigo Mário
- (A) trouxe-lhe um impulso de comiseração diante de quem se aliena e foge das experiências reais da vida.
  - (B) pareceu o testemunho de alguém que valoriza cegamente a transcrição das experiências da sua vida.
  - (C) provocou nele um sentimento de insatisfação diante da crença de quem apenas dá valor às paixões mais radicais.
  - (D) soou como uma arrogante declaração de um poeta que julga sua timidez superior à dos outros.
  - (E) perturbou-o a ponto de acusar aqueles poetas que acreditam de fato na eficácia da comunicação verbal.

16. **Entre as tantas formas de vida está a de se valer de uma caneta para perseguir poemas.**

A frase acima ganha nova redação, na qual se mantêm seu sentido básico e a correção gramatical, na seguinte versão:

- (A) Muito se pode valer de uma caneta para que se persiga poemas como formas de vida.
  - (B) Vale a pena perseguir com uma caneta aquelas formas de vida que valem como poemas.
  - (C) A procura de poemas com uma caneta assemelha à quem persiga outras formas de vida.
  - (D) Quando se atentam a poemas, uma caneta na mão lhes aproxima das formas de viver.
  - (E) Ir ao enalço de poemas com uma caneta consiste numa das formas possíveis de vida.
17. Na frase *um poeta torna aberto para todos o universo reflexivo de sua intimidade*,
- (A) o termo **aberto** qualifica o objeto direto **universo reflexivo**.
  - (B) **sua intimidade** refere-se ao termo **todos**.
  - (C) **para todos** é um exemplo de vocativo.
  - (D) ocorre uma indeterminação do sujeito em **um poeta**.
  - (E) o verbo **tornar** está conjugado na voz passiva.

**Matemática e Raciocínio Lógico**

18. Dora começa a ler um livro de 174 páginas em um domingo. Ela lê 5 páginas por dia exceto aos domingos, quando lê 16 páginas. Para terminar a leitura do livro, que foi feita em dias consecutivos, Dora precisou exatamente de
- (A) 4 sextas-feiras.
  - (B) 5 segundas-feiras.
  - (C) 3 quintas-feiras.
  - (D) 3 sábados.
  - (E) 5 domingos.
19. Em um condomínio, as casas são numeradas com números de 4 algarismos. Os dois primeiros identificam a rua e os demais, a casa. Por exemplo, 0315 é o número da casa 15 que fica na rua 03. A numeração das ruas é sequencial, começando com a rua 01, e, em cada rua, a numeração das casas é sequencial, começando com a casa 01. Na rua principal, que é também a rua 01, há 30 casas e nas demais ruas há 20 casas em cada uma. Se o condomínio tem, ao todo, 20 ruas, o número de algarismos 3 necessários para numerar todas as casas é
- (A) 82
  - (B) 80
  - (C) 92
  - (D) 90
  - (E) 100



20. Três candidatos A, B e C receberam um total de 400 votos em uma eleição em que 25% dos eleitores era do sexo feminino. Cada um dos três candidatos recebeu  $\frac{1}{3}$  do total de votos dos eleitores do sexo masculino. O candidato A recebeu 40% dos votos femininos; o candidato B obteve 10 votos a mais do que o candidato C. O total de votos do candidato menos votado foi:
- (A) 135  
(B) 125  
(C) 140  
(D) 150  
(E) 145
- 
21. João trabalhou de janeiro a junho do ano X2 em uma empresa e recebeu no período um salário mensal médio de R\$ 8.000,00. Os salários em janeiro e fevereiro foram iguais, mas em março o valor do salário teve um acréscimo de 10%, permanecendo esse valor até junho. O valor do salário de João em janeiro do ano X2 foi de:
- (A) R\$ 7.000,00  
(B) R\$ 7.200,00  
(C) R\$ 7.700,00  
(D) R\$ 7.800,00  
(E) R\$ 7.500,00
- 
22. Um elevador pode carregar, no máximo, 12 adultos ou, equivalentemente, 20 crianças. O número máximo de crianças que podem subir nesse elevador com 9 adultos é:
- (A) 9  
(B) 6  
(C) 7  
(D) 8  
(E) 5
- 
23. O dobro do quadrado da metade de um número positivo vale 8. O número é:
- (A) 6  
(B) 8  
(C) 4  
(D) 5  
(E) 2
- 
24. Seja  $x$  um número positivo. Se a média aritmética de  $(x + 1)^2$  e  $(x - 1)^2$  é igual a 10, então o valor de  $x$  é:
- (A) 3  
(B) 5  
(C) 2  
(D) 6  
(E) 4
- 
25. Sabendo-se que o desvio padrão de  $X$  é 9, a variância de  $3X + 12$  é:
- (A) 729  
(B) 81  
(C) 39  
(D) 873  
(E) 741

**Legislação**

26. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, no caso de vacância do cargo de Presidente, o Vice-Presidente assumi-lo-á provisoriamente, cabendo-lhe a convocação de nova eleição, se a vacância ocorrer
- (A) após decorridos dezoito meses do mandato.
  - (B) antes de decorridos dezoito meses do mandato.
  - (C) nos últimos noventa dias do mandato.
  - (D) nos últimos sessenta dias do mandato.
  - (E) nos últimos trinta dias do mandato.
- 
27. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, considere os seguintes itens:
- I. processar e julgar ação rescisória.
  - II. processar e julgar conflitos de competência ou de atribuições entre as Varas do Trabalho.
  - III. deliberar sobre remoção e permuta entre Juízes do Trabalho.
  - IV. deliberar sobre transformação de cargos em comissão e funções comissionadas.
- As competências para os itens constantes em I, II, III e IV são, respectivamente:
- (A) das Turmas – do Tribunal Pleno – do Corregedor Regional – e do Corregedor Regional.
  - (B) do Tribunal Pleno – do Corregedor Regional – do Corregedor Regional – e do Tribunal Pleno.
  - (C) do Tribunal Pleno – do Tribunal Pleno – do Tribunal Pleno – e do Corregedor Regional.
  - (D) do Tribunal Pleno – do Tribunal Pleno – do Tribunal Pleno – e do Tribunal Pleno.
  - (E) das Turmas – do Corregedor Regional – do Tribunal Pleno – e do Corregedor Regional.
- 
28. O Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região dita que os Desembargadores do Trabalho tomarão posse perante o Tribunal Pleno. Sobre esse regramento,
- (A) não há exceção legal para a tomada de posse pelo Desembargador perante outra autoridade.
  - (B) há exceção legal para que o Desembargador tome posse perante o Vice-Presidente, com posterior referendo pelo Tribunal Pleno.
  - (C) há exceção legal para que o Desembargador tome posse perante o Presidente do Tribunal, com posterior referendo pelo Tribunal Pleno.
  - (D) há exceção legal para que o Desembargador tome posse perante o Presidente do Tribunal, sem a necessidade de posterior referendo pelo Tribunal Pleno.
  - (E) há exceção legal para que o Desembargador tome posse perante o Vice-Presidente, sem a necessidade de posterior referendo pelo Tribunal Pleno.
- 
29. A Lei nº 8.112/1990 que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais estabelece que
- (A) o gozo dos direitos políticos e a idade mínima de vinte e um anos são requisitos básicos para investidura em cargo público.
  - (B) o direito das pessoas portadoras de deficiência de se inscrever em concurso público para provimento de cargo é absoluto e independe da compatibilidade das atribuições com a deficiência de que são portadoras.
  - (C) a investidura em cargo público ocorrerá com a nomeação.
  - (D) a investidura em cargo público independe de aptidão física.
  - (E) a nomeação e a promoção são formas de provimento de cargo público.
- 
30. Nos termos constantes da Lei nº 8.112/1990, o retorno à atividade de servidor mediante aproveitamento tem como condição que esse servidor
- (A) esteja em disponibilidade.
  - (B) seja novamente aprovado em concurso público.
  - (C) não tenha sido apenado com advertência.
  - (D) tenha se aposentado.
  - (E) trabalhe em sede diversa do novo cargo.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Administrativo e de Administração Pública**

31. Suponha que o Estado pretenda realizar a duplicação de pistas de uma rodovia, transferindo tal encargo à concessionária privada juntamente com as atividades de operação e manutenção da referida malha rodoviária, pelo prazo de 30 anos, e autorizando a cobrança de pedágio dos usuários. Ocorre que os estudos demonstraram que a receita tarifária não seria suficiente para fazer frente à integralidade dos investimentos e retorno financeiro ao concessionário. Diante de tal constatação e considerando a legislação de regência, afigura-se juridicamente viável para a situação narrada a celebração de concessão
- (A) de serviços precedida de obras, podendo o concessionário ser remunerado por desempenho, a título de complemento público da receita tarifária, no limite anual de R\$ 10 milhões.
  - (B) administrativa, com aporte de recursos do Estado ao capital da sociedade de propósito específico instituída para explorar o serviço, limitado a R\$ 10 milhões e não podendo ultrapassar 49% do respectivo capital social.
  - (C) comum, com pagamento pelo Estado de complemento à receita tarifária, no limite necessário para a realização dos investimentos em bens reversíveis e no ritmo da execução físico-financeira das obras.
  - (D) patrocinada, com o pagamento de contraprestação pecuniária pelo Estado em complemento à receita tarifária, desde que o valor do contrato seja de, no mínimo, R\$ 10 milhões.
  - (E) patrocinada ou administrativa, a depender do volume de investimentos envolvido, que não pode ser inferior a R\$ 10 milhões anuais, com pagamento de contraprestação pecuniária (patrocinada) ou aporte de recursos (administrativa).
- 
32. Considere que determinado cidadão tenha tido sua residência danificada quando da realização de obras em via pública, realizadas por empresa concessionária de serviços públicos de saneamento para reparos de rede coletora de esgoto. A responsabilidade da concessionária pelos prejuízos sofridos pelo cidadão
- (A) é de natureza objetiva, demandando a demonstração do nexo de causalidade entre a conduta do agente e o dano, bem como a ausência de excludentes de responsabilização.
  - (B) demanda a comprovação de negligência, imperícia ou imprudência do agente e a correlação da conduta com os danos sofridos.
  - (C) é de natureza subsidiária, cabendo o prévio acionamento do poder público, na qualidade de poder concedente dos serviços.
  - (D) é solidária à do poder concedente, ambas de natureza subjetiva, dependendo da comprovação de culpa nos termos do Direito Civil.
  - (E) demanda a prévia responsabilização do agente causador do dano, podendo ocorrer a responsabilização direta da concessionária caso comprovada falha de fiscalização.
- 
33. Em situação em que se afigure viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas, paralelas, não excludentes e em condições padronizadas, será cabível, de acordo com a disciplina estabelecida pela Lei nº 14.133/2021,
- (A) dispensa de licitação, com adoção de sistema de registro de preços.
  - (B) realização de diálogo competitivo entre interessados pré-qualificados.
  - (C) licitação na modalidade pregão, com a contratação dos três melhores classificados.
  - (D) procedimento de leilão, com abertura de envelopes seguida de lances em viva voz.
  - (E) credenciamento, mediante processo administrativo de chamamento público.
- 
34. Pedro, servidor que ingressou recentemente em órgão administrativo encarregado de conceder licença de edificação, expediu alvará para construção de um galpão, verificando, posteriormente, que a competência para tanto seria de seu superior hierárquico. Diante de tal situação, caberá a
- (A) anulação do ato e a sua substituição por outro hígido, praticado pela autoridade competente, dado seu caráter discricionário.
  - (B) declaração de nulidade do ato, eis que vício de competência não é passível de saneamento.
  - (C) convalidação do ato pela autoridade competente, desde que presentes os requisitos legais para a concessão da licença, eis que se trata de ato vinculado.
  - (D) manutenção do ato, desde que o particular esteja de boa-fé e não tenha induzido a autoridade a erro, vedada a anulação ou revogação pela Administração.
  - (E) homologação do ato pelo superior hierárquico, com produção de efeitos apenas a partir do ato homologatório, dado seu caráter discricionário.





35. Considere que o Estado tenha instituído uma empresa pública com o fim específico de atuar como gerenciadora de obras de engenharia, passando a contratá-la sob a égide da Lei nº 14.133/2021, independentemente de licitação, para gerenciamento de obras públicas. De acordo com as disposições constitucionais e legais aplicáveis, tal conduta afigura-se
- (A) legal, em tese, se presente relevante interesse coletivo, podendo a empresa ser contratada com dispensa de licitação desde que o preço seja compatível com o de mercado.
- (B) ilegal, eis que empresas públicas não podem atuar em regime de competição no mercado com empresas privadas, o que é assegurado apenas a sociedades de economia mista.
- (C) juridicamente válida apenas no que diz respeito à instituição, por lei, da empresa pública, porém vedada sua contratação sem prévio procedimento licitatório, salvo nas hipóteses de inexigibilidade por inviabilidade de competição.
- (D) ilegal, eis que apenas autarquias e fundações, sujeitas ao regime jurídico de direito público, podem ser contratadas pelo ente instituidor com dispensa de licitação no âmbito dos respectivos objetos.
- (E) legal, em tese, desde que se trate de empresa pública cuja autorização para constituição e funcionamento tenha ocorrido após a entrada em vigor da Lei nº 14.133/2021.
- 
36. Considere que a Administração tenha celebrado um contrato de serviços de limpeza para prédio público, regido pela Lei nº 8.666/1993, e, no curso do contrato, em razão da desocupação de alguns andares, constatou que os quantitativos contratados ficaram acima da efetiva necessidade. Diante de tal situação, a Administração
- (A) precisará da concordância da contratada para reduzir o objeto do contrato, sendo autorizadas alterações unilaterais apenas para acréscimos quantitativos ao objeto original.
- (B) poderá alterar unilateralmente o contrato para reduzir os quantitativos contratados, no limite de 25% do valor original atualizado, nas mesmas condições contratuais, ou em percentual superior mediante acordo com a contratada.
- (C) poderá suspender a execução do contrato em relação à parcela excedente às necessidades atuais, no limite de 50% do objeto, independentemente da celebração de termo de aditamento contratual.
- (D) deverá reequilibrar o contrato para reduzir o preço avençado, independente da redução dos quantitativos contratados, tendo em vista a ocorrência de álea extracontratual.
- (E) poderá reduzir os quantitativos originais, em qualquer percentual, assegurado à contratada o direito de rescisão se a execução do contrato tornar-se deficitária.

#### Orçamento Público

37. Segundo a Constituição Federal de 1988,
- (A) o Plano Plurianual deve estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- (B) a Lei Orçamentária Anual pode conter dispositivo autorizando a abertura de créditos suplementares.
- (C) o Orçamento da Seguridade Social deve conter avaliação da situação atuarial dos regimes geral de previdência social e próprio dos servidores públicos.
- (D) o Plano Plurianual deve ser acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de benefícios de natureza tributária.
- (E) a Lei Orçamentária Anual deve dispor sobre critérios e formas de limitação de empenho a serem implementadas quando ocorrer insuficiência de arrecadação.
- 
38. O quadro a seguir apresenta informações, cujos valores estão expressos em reais (R\$), sobre a execução orçamentária de despesas de um ente público referente ao exercício financeiro de 2022.

Descrição da despesa	Despesa		
	Empenhada	Liquidada	Paga
Aquisição de um imóvel já em utilização pelo referido ente	3.800.000,00	2.500.000,00	1.250.000,00
Pagamento de juros incidentes sobre operações de crédito internas contratadas	5.200.000,00	4.500.000,00	3.600.000,00
Pagamento do principal de operações de crédito internas contratadas	13.800.500,00	12.100.000,00	11.000.000,00
Planejamento e execução de obras	4.650.000,00	2.650.000,00	1.050.000,00

Com base nessas informações e de acordo com a Lei nº 4.320/1964, o valor inscrito em restos a pagar não processados em 31/12/2022, em decorrência da execução orçamentária das Despesas

- (A) de Capital, foi R\$ 5.700.500,00
- (B) de Capital, foi R\$ 4.850.000,00
- (C) Correntes, foi R\$ 2.400.500,00
- (D) Correntes, foi R\$ 2.000.000,00
- (E) de Capital, foi R\$ 5.000.500,00



39. Sobre despesas públicas de entes públicos, considere:

- I. A receita corrente líquida de um ente público estadual no exercício financeiro de 2022 foi R\$ 16.500.000,00. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, o limite máximo da Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo do referido ente, no exercício financeiro de 2022, foi R\$ 8.910.000,00.
- II. A receita corrente líquida de um ente público estadual no exercício financeiro de 2022 foi R\$ 8.100.000,00. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, o limite máximo da Despesa Total com Pessoal do referido ente, no exercício financeiro de 2022, foi R\$ 4.860.000,00.
- III. A receita corrente líquida de um ente público municipal no exercício financeiro de 2022 foi R\$ 9.200.000,00. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, o limite máximo da Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo do referido ente, no exercício financeiro de 2022, foi R\$ 5.520.000,00.
- IV. A receita corrente líquida de um ente público municipal no exercício financeiro de 2022 foi R\$ 5.000.000,00. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo do referido ente recebeu o alerta do Tribunal de Contas quando a Despesa Total com Pessoal desse poder, no exercício financeiro de 2022, ultrapassou o limite de R\$ 2.430.000,00.

De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) I e IV.
- (D) II e IV.
- (E) II e III.

40. Para a apuração da receita corrente líquida de um ente público, de acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, deve-se somar as receitas

- (A) arrecadadas com Alienação de Bens Móveis e Imóveis, Operações de Crédito e Operações de Crédito por Antecipação de Receitas Orçamentárias.
- (B) arrecadadas com Receita Patrimonial, Transferências Correntes, Receita Industrial e Outras Receitas Correntes.
- (C) lançadas com Receitas de Serviços, Receita Industrial, Alienação de Bens Móveis e Imóveis e Operações de Crédito.
- (D) lançadas com Receitas Tributárias, Contribuições, Receita Industrial, Transferências Correntes e Outras Receitas Correntes.
- (E) arrecadadas com Depósito em Caução, Alienação de Bens Móveis e Imóveis, Receitas de Serviços e Receita Agropecuária.

41. Segundo a Lei nº 4.320/1964,

- (A) receitas tributárias arrecadadas são ativos permanentes.
- (B) despesas com investimentos empenhadas são passivos permanentes.
- (C) despesas com inversões financeiras liquidadas são passivos financeiros.
- (D) receitas tributárias lançadas são ativos financeiros.
- (E) despesas correntes pagas são passivos financeiros.

42. O Relatório de Gestão Fiscal, de acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, deve ser emitido ao final de cada

- (A) quadrimestre e deve conter demonstrativo que abranja as operações de crédito, inclusive por antecipação da receita orçamentária.
- (B) bimestre e deve conter demonstrativo que apresente a apuração do resultado primário e do resultado nominal.
- (C) bimestre e deve conter demonstrativo que informe os valores das despesas públicas discriminadas por função e subfunção.
- (D) quadrimestre e deve conter demonstrativo que apresente a receita proveniente da alienação de ativos e aplicação dos recursos obtidos.
- (E) bimestre e deve conter demonstrativo que apresente a apuração da receita corrente líquida.

### Contabilidade Aplicada ao Setor Público

43. Em 17/05/2022, uma entidade pública recebeu, em doação, um imóvel e o classificou como propriedade para investimento. No seu reconhecimento inicial, de acordo com a NBC TSP 06, ele deve ser mensurado pelo

- (A) custo de reposição.
- (B) valor justo em 17/05/2022.
- (C) valor justo em 31/12/2022.
- (D) valor em uso.
- (E) preço líquido de venda.



44. De acordo com a NBC TSP 04, estoques de
- (A) materiais educacionais adquiridos por meio de transação, sem contraprestação, devem ser mensurados no seu reconhecimento inicial pelo menor montante entre o seu custo histórico e o seu valor realizável líquido.
  - (B) alimentos destinados à preparação de merenda escolar, que será distribuída gratuitamente, devem ser mensurados pelo menor montante entre o seu custo e o seu valor realizável líquido.
  - (C) alimentos destinados à preparação de merenda escolar, que será distribuída mediante a cobrança de valor irrisório, devem ser mensurados pelo menor montante entre o seu custo e o seu custo corrente de reposição.
  - (D) materiais educacionais adquiridos por meio de transação, sem contraprestação, devem ser mensurados no seu reconhecimento inicial pelo menor montante entre o seu valor justo e o seu custo corrente de reposição.
  - (E) produtos de higiene pessoal, mantidos para distribuição gratuita, devem ser mensurados pelo menor montante entre o seu valor realizável líquido e o seu custo corrente de reposição.

45. O Balanço Patrimonial de um ente público, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, apresenta

- (A) os ativos contingentes como ativos financeiros.
- (B) os passivos contingentes como passivos não circulantes.
- (C) o valor total do crédito tributário a receber como ativo financeiro.
- (D) o valor das obrigações junto a fornecedores como ato potencial passivo.
- (E) o valor de depósito em caução recebido como passivo financeiro.

46. Uma variação patrimonial quantitativa evidenciada na Demonstração das Variações Patrimoniais de um ente público, referente ao exercício financeiro de 2022, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, decorre

- (A) da arrecadação de Receita Patrimonial, cujo fato gerador desta receita, de acordo com o regime de competência, ocorreu no exercício financeiro de 2021.
- (B) do recebimento de depósito em caução como garantia fornecida pelo contratado. O valor recebido foi integralmente devolvido durante o exercício financeiro de 2022.
- (C) do registro contábil de ativos contingentes resultantes de uma reivindicação por meio de processo judicial cujo resultado é incerto.
- (D) do recebimento de dinheiro em doação. A doação recebida não apresentava condições a ela atreladas.
- (E) do recebimento de materiais de consumo e incorporação desses materiais ao estoque do referido ente, concomitante à liquidação de Despesa Corrente.

47. As informações a seguir, cujos valores estão expressos em reais (R\$), foram extraídas das demonstrações contábeis de um ente público e são referentes ao exercício financeiro de 2022:

Previsão Inicial da Receita Orçamentária .....	567.500.000,00
Previsão Atualizada da Receita Orçamentária.....	798.800.000,00
Receita Orçamentária Arrecadada.....	936.100.000,00
Dotação Inicial da Despesa Orçamentária .....	567.500.000,00
Dotação Atualizada da Despesa Orçamentária .....	655.700.000,00
Despesa Orçamentária Empenhada.....	650.100.000,00
Despesa Orçamentária Liquidada.....	613.200.000,00
Despesa Orçamentária Paga.....	590.000.000,00
Pagamento de Restos a Pagar inscritos em 31/12/2021 .....	92.400.000,00
Recebimento de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados .....	87.500.000,00
Reconhecimento de Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras .....	57.100.000,00
Reconhecimento de Variações Patrimoniais Diminutivas de Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo .....	100.300.000,00
Reconhecimento de Variações Patrimoniais Diminutivas de Pessoal e Encargos.....	417.600.000,00
Reconhecimento de Variações Patrimoniais Aumentativas de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria .....	689.800.000,00

Com base nessas informações e de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o referido ente público apresentou, no exercício financeiro de 2022, resultado

- (A) orçamentário superavitário de R\$ 373.500.000,00
- (B) orçamentário superavitário de R\$ 253.700.000,00
- (C) patrimonial superavitário de R\$ 432.800.000,00
- (D) patrimonial superavitário de R\$ 202.300.000,00
- (E) financeiro, apurado por meio do Balanço Financeiro, positivo de R\$ 341.200.000,00



48. O registro contábil do empenho de Despesa Corrente com Serviços de Consultoria foi efetuado na natureza de informação de controle do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, por meio do seguinte lançamento contábil:
- (A) Débito: 8.x.x.x.x.xx.xx Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR).  
Crédito: 8.x.x.x.x.xx.xx DDR Comprometida por Empenho.
  - (B) Débito: 6.x.x.x.x.xx.xx Crédito Disponível.  
Crédito: 6.x.x.x.x.xx.xx Crédito Empenhado a Liquidar.
  - (C) Débito: 3.x.x.x.x.xx.xx Variação Patrimonial Diminutiva.  
Crédito: 2.x.x.x.x.xx.xx Demais Obrigações a Curto Prazo (F).
  - (D) Débito: 7.x.x.x.x.xx.xx Controle da Disponibilidade de Recursos.  
Crédito: 8.x.x.x.x.xx.xx Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR).
  - (E) Débito: 8.x.x.x.x.xx.xx DDR Comprometida por Empenho.  
Crédito: 8.x.x.x.x.xx.xx DDR Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias.

---

### Administração Financeira e Orçamentária

49. Suponha que o Estado tenha contratado operação de crédito sob a forma de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO), observando todos os requisitos estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. O montante captado pela referida operação:
- (A) integra a receita corrente líquida e deve observar as regras de repartição e destinação de 25% do produto aos municípios.
  - (B) embora não integre a dívida flutuante, é imputado no limite de endividamento do ente, que corresponde ao percentual de 200% da receita corrente líquida.
  - (C) deve ser aplicado exclusivamente em despesas de capital, vedada destinação a despesas de pessoal e custeio.
  - (D) não é computado na dívida fundada do ente, eis que o prazo de amortização é inferior a 12 meses e os recursos captados não integram o orçamento.
  - (E) constitui receita orçamentária, porém somente pode ser aplicado em despesas extraorçamentárias, constituindo exceção à regra de paralelismo.
- 
50. Considere que, ao final do exercício financeiro, o Estado tenha inscrito diversas despesas em restos a pagar, alguns processados e outros não processados, e pretenda proceder ao cancelamento de determinadas inscrições. À luz da disciplina legal de geração de despesas públicas e seus estágios, tem-se que
- (A) os restos a pagar não processados podem ser objeto de cancelamento, dado que não aperfeiçoada a etapa de liquidação, o mesmo não ocorrendo com os processados, por constituírem direito do credor, observada a prescrição quinquenal.
  - (B) restos a pagar processados, apenas, são considerados despesas de exercício anterior, eis que nos restos a pagar não processados a fase de empenho é diferida para o exercício subsequente.
  - (C) ambas as modalidades constituem despesas extraorçamentárias, demandando a abertura de créditos especiais para seu pagamento, sob pena de cancelamento.
  - (D) os restos a pagar processados devem ser inscritos para liquidação em até no máximo 2 anos e efetuado o pagamento em até 5 (cinco) anos, sob pena de prescrição e cancelamento.
  - (E) a despesa deve ser liquidada no mesmo exercício de seu empenho, admitindo-se o diferimento apenas da etapa de pagamento, o que ocorre mediante inscrição em restos a pagar processados.
- 
51. Suponha que o Estado pretenda instituir um programa de incentivo a indústrias, destinando recursos do Tesouro Estadual à ampliação de linhas de produção tendo por objetivo geração de novos empregos, fomento da atividade econômica e aumento da arrecadação de impostos. De acordo com as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei federal nº 4.320/1964, tal medida
- (A) representa despesa de caráter continuado, somente sendo admissível se incluída autorização no Plano Plurianual por Decreto do Chefe do Executivo.
  - (B) caracteriza subvenção social, somente podendo ser autorizada se comprovada a correlação direta entre o investimento e o benefício social gerado.
  - (C) caracteriza renúncia fiscal, demandando medidas de compensação mediante redução de despesas ou aumento de receitas.
  - (D) encontra vedação legal, somente sendo admissível o repasse a empresas privadas a título de subvenção econômica para cobertura de déficit operacional.
  - (E) constitui subvenção para investimento, demandado lei autorizativa específica, não sendo suficiente a mera previsão de dotação na Lei Orçamentária Anual.



52. Considere que a Administração tenha se defrontado com situação de calamidade pública e necessite arcar com despesas em ações emergenciais que não contam com dotação orçamentária específica. Para cobertura de tais despesas, é cabível
- (A) abertura de crédito suplementar ou extraordinário, ambos com prévia autorização legislativa, sendo que somente o segundo demanda a indicação de fonte de custeio.
  - (B) utilização do fundo de compensação para remanejamentos previsto na Lei Orçamentária Anual, desde que providenciada a sua recomposição em até 90 dias.
  - (C) abertura de crédito especial adicional, por Decreto do Chefe do Executivo, ratificado por lei específica que deve ser editada no mesmo exercício financeiro.
  - (D) abertura de crédito extraordinário, que prescinde de autorização legislativa e de indicação de fonte de receita.
  - (E) realização da despesa sem prévia dotação orçamentária, desde que o evento esteja previsto no Anexo de Riscos Fiscais que acompanha a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

53. Considerando as categorizações legais de receitas ou ingressos públicos, tem-se como exemplos de:

- I. Receita Originária: *royalties* recebidos pela exploração de petróleo e gás.
- II. Receita Derivada: produto da arrecadação de impostos.
- III. Ingressos Extraorçamentários: depósitos em caução.
- IV. Receita primária: recursos advindos de juros de operações financeiras.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
  - (B) I, II e III.
  - (C) I, III e IV.
  - (D) II e IV.
  - (E) I, II e IV.
54. Como decorrência do princípio da especificação (ou especialização), que rege os Orçamentos Públicos, em regra NÃO são admitidas dotações globais, podendo-se apontar, como exceção, a Reserva de Contingência, esta que
- (A) destina-se à cobertura de déficit atuarial do regime próprio de aposentadoria dos servidores do ente, sendo fixada na Lei de Diretrizes Orçamentárias em valor meramente estimativo, com base em cálculos atuariais.
  - (B) é estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias, em valor fixo suficiente para suportar despesas de caráter continuado que impactem as metas estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais.
  - (C) é fixada em percentual da receita corrente líquida e destina-se ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos, na forma estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
  - (D) constitui mecanismo que somente pode ser acionado em situações de frustração da estimativa de arrecadação considerada na Lei Orçamentária Anual e autoriza a abertura de créditos globais para fazer frente a despesas obrigatórias.
  - (E) depende de constituição de fundo especial de despesa, mediante lei específica que destine a órgão ou entidade recursos para finalidade legal atribuída ao fundo.

### Contabilidade Geral

55. No dia 01/12/2017, uma empresa aplicou R\$ 400.000,00 em ativos financeiros e definiu os seguintes critérios de mensuração:

- R\$ 200.000,00 são mensurados ao custo amortizado;
- R\$ 150.000,00 são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes;
- R\$ 50.000,00 são mensurados ao valor justo por meio do resultado do período.

Todos os títulos mencionados rendem a taxa de juros de 1% ao mês e apresentavam, em 31/12/2017, proporcionalmente, o mesmo valor justo, sendo que o valor justo total na data era R\$ 408.000,00.

Os valores, em reais, apresentados no Balanço Patrimonial da empresa, em 31/12/2017, para os títulos adquiridos em 01/12/2017 e mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado do período, foram, respectivamente:

- (A) 202.000,00, 151.500,00 e 50.500,00
- (B) 204.000,00, 153.000,00 e 51.000,00
- (C) 202.000,00, 153.000,00 e 51.000,00
- (D) 204.000,00, 151.500,00 e 50.500,00
- (E) 200.000,00, 150.000,00 e 50.000,00



56. A empresa Secundária S.A. apresentava no Balanço Patrimonial de 30/06/2018 o valor de R\$ 25.000.000,00 contabilizado no seu Patrimônio Líquido. O valor justo líquido apurado para os ativos e passivos da empresa, na referida data, era R\$ 30.000.000,00. A empresa Primária S.A. adquiriu 40% das ações da empresa Secundária S.A. pelo valor de R\$ 14.000.000,00 passando a deter o seu controle.

Sabendo-se que no ano de 2018 a empresa Secundária S.A. apurou o lucro líquido de R\$ 5.000.000,00, os valores apresentados na Demonstração do Resultado do ano de 2018 e no Balanço Patrimonial de 31/12/2018 das demonstrações individuais da empresa Primária S.A. foram, respectivamente, em reais:

- (A) Resultado de Equivalência Patrimonial = 5.000.000,00; Investimentos = 15.000.000,00.
- (B) Resultado de Equivalência Patrimonial = 2.000.000,00; Investimentos = 16.000.000,00.
- (C) Resultado de Equivalência Patrimonial = 2.000.000,00; Investimentos = 12.000.000,00.
- (D) Resultado de Equivalência Patrimonial = 5.000.000,00; Investimentos = 19.000.000,00.
- (E) Resultado de Equivalência Patrimonial = 2.000.000,00; Investimentos = 14.000.000,00.

57. No dia 01/01/2017, uma empresa adquiriu, à vista, um equipamento pelo valor de R\$ 26.000.000,00 e incorreu em gastos necessários de instalação no valor total de R\$ 4.000.000,00. A empresa definiu que a vida útil do equipamento é de 8 anos e, no final deste prazo de utilização, o equipamento poderá ser vendido por R\$ 4.000.000,00.

A empresa utiliza um imóvel alugado e, por condições contratuais, deverá devolver o imóvel nas mesmas condições em que o recebeu no início do contrato de aluguel. No final do 8º ano, a empresa estimou que, para fazer a desmontagem, remover a máquina e reestruturar o imóvel para as condições originais, incorrerá em gastos no valor de R\$ 2.000.000,00. A taxa acumulada de juros projetada para os próximos 8 anos é 25% e a empresa utiliza o método das quotas constantes para o cálculo da despesa de depreciação.

O valor da Despesa de Depreciação apresentada na Demonstração do Resultado do ano de 2017 e o valor contábil do equipamento evidenciado no Balanço Patrimonial em 31/12/2017 foram, em reais, respectivamente:

- (A) 3.750.000,00 e 26.250.000,00.
- (B) 3.250.000,00 e 26.750.000,00.
- (C) 3.250.000,00 e 22.750.000,00.
- (D) 3.450.000,00 e 28.150.000,00.
- (E) 3.500.000,00 e 28.500.000,00.

58. No Balanço Patrimonial de 31/12/2019 de uma empresa, o saldo contábil evidenciado para um Ativo Intangível com vida útil indefinida era R\$ 1.600.000,00 composto pelos seguintes valores:

- Custo de aquisição:..... R\$ 1.900.000,00.
- Perda por desvalorização: ..... R\$ 300.000,00.

Em dezembro de 2020, havia evidências indicando que a vida útil desse ativo continuava indefinida e a empresa obteve as seguintes informações para realizar o teste de redução ao valor recuperável do Ativo Intangível:

- Valor em uso do ativo: ..... R\$ 2.000.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda do ativo: ..... R\$ 1.920.000,00.

Sabendo-se que o Ativo Intangível não se refere a *Ágio por Expectativa de Resultados Futuros*, a empresa reconheceu, no resultado de 2020, um ganho, em reais, no valor de

- (A) 300.000,00
- (B) 100.000,00
- (C) 400.000,00
- (D) 320.000,00
- (E) 20.000,00



59. Os Balanços Patrimoniais em 31/12/2019 e em 31/12/2020 e a Demonstração do Resultado para o ano de 2020 da empresa **Produtos Populares S.A.** são apresentados a seguir:

**Produtos Populares S.A.**  
**Balanços Patrimoniais em 31/12/2019 e 31/12/2020**

ATIVO	31/12/2019	31/12/2020	PASSIVO	31/12/2019	31/12/2020
<b>Ativo Circulante</b>	<b>792.000,00</b>	<b>1.746.000,00</b>	<b>Passivo Circulante</b>	<b>936.000,00</b>	<b>1.573.680,00</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	60.000,00	582.000,00	Fornecedores	396.000,00	392.400,00
Valores a Receber de Clientes	336.000,00	588.000,00	Dividendos a Pagar	–	17.280,00
(-) Perdas Estimadas com Clientes	–	(12.000,00)	Empréstimos	540.000,00	1.164.000,00
Estoques	396.000,00	588.000,00			
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>864.000,00</b>	<b>1.008.000,00</b>	<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>–</b>	<b>120.000,00</b>
<b>Investimentos</b>			Provisão Riscos Fiscais	–	120.000,00
Participações Societárias	84.000,00	216.000,00			
<b>Imobilizado</b>			<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>720.000,00</b>	<b>1.060.320,00</b>
Veículos	504.000,00	792.000,00	Capital	600.000,00	900.000,00
Terrenos	276.000,00	–	Reservas de Lucros	120.000,00	160.320,00
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.656.000,00</b>	<b>2.754.000,00</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO + PL</b>	<b>1.656.000,00</b>	<b>2.754.000,00</b>

<b>Produtos Populares S.A.</b> <b>Demonstração do Resultado – Período: 01/01/2020 a 31/12/2020</b>	
Receitas de Vendas	2.448.000,00
(-) Custo dos Produtos Vendidos	<u>(1.560.000,00)</u>
<b>(=) Resultado com Mercadorias</b>	<b>888.000,00</b>
(-) Despesas Operacionais	
• Perdas Estimadas com Clientes	(12.000,00)
• Depreciação	(72.000,00)
• Despesa com Provisão para Riscos Fiscais	(120.000,00)
• Outras Despesas Operacionais	<u>(602.400,00)</u> (806.400,00)
(+) Outras Receitas e Despesas	
Resultado de Equivalência Patrimonial	36.000,00
(-) Despesas Financeiras	(144.000,00)
Lucro na Venda de Terrenos	84.000,00
<b>(=) Resultado Líquido</b>	<b>57.600,00</b>

Sabe-se que no ano de 2020 a empresa Produtos Populares S.A. não vendeu participações societárias nem veículos, não liquidou qualquer empréstimo, não pagou as despesas financeiras do ano e o aumento de Capital ocorreu devido à emissão de novas ações no mercado. Os valores, em reais, correspondentes ao Caixa das Atividades Operacionais e ao Caixa das Atividades de Investimentos gerados (ou consumidos) no ano de 2020 foram, respectivamente:

- (A) 162.000,00 (positivo) e 96.000,00 (positivo).  
 (B) 174.000,00 (negativo) e 96.000,00 (negativo).  
 (C) 162.000,00 (negativo) e 96.000,00 (negativo).  
 (D) 174.000,00 (negativo) e 144.000,00 (negativo).  
 (E) 162.000,00 (negativo) e 144.000,00 (negativo).

60. O departamento jurídico da empresa **Problemas Gerais S.A.** apresentou, em 31/12/2020, as avaliações de diversos processos a que a empresa está respondendo, as quais constam no quadro a seguir:

Processo	Montante Estimado (R\$)	Probabilidade de Perda
Processo Cível	1.480.000,00	Provável
Processo Trabalhista	800.000,00	Possível
Processo Fiscal 1	1.760.000,00	Provável
Processo Fiscal 2	920.000,00	Possível
Processo Ambiental	640.000,00	Remota

A diretoria da empresa acatou a avaliação apresentada pelo departamento jurídico e fez a contabilização com base nas informações constantes no quadro anterior, de acordo com o que estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

O valor contabilizado no passivo, no Balanço Patrimonial de 31/12/2020, foi, em reais:

- (A) 5.600.000,00  
 (B) 1.720.000,00  
 (C) 4.960.000,00  
 (D) 2.360.000,00  
 (E) 3.240.000,00



**Discursiva-Redação**

**Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado [...] Capítulo 10. [...] 10.3 Na **Prova Discursiva-Redação**, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo-argumentativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral não atrelado necessariamente ao Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos referido no presente Edital. 10.3.1 A **Prova Discursiva-Redação** tem o objetivo de avaliar a proficiência em Língua Portuguesa em sua modalidade escrita, considerando a capacidade de compreender e expor argumentos com clareza, concisão, precisão, coerência e objetividade a respeito do tema e com base nos textos de apoio propostos, avaliando inclusive a correção gramatical, segundo os critérios definidos nos itens 10.4 a 10.9. 10.4 Considerando que o texto constitui uma unidade, os itens discriminados a seguir serão avaliados em estreita correlação, do que não decorre proporcionalidade na atribuição dos pontos para cada um deles: 10.4.1 **Conteúdo – até 4 (quatro) pontos:** a) perspectiva adotada no tratamento do tema; b) capacidade de análise e senso crítico em relação ao tema proposto; c) consistência dos argumentos, clareza e coerência no seu encadeamento. 10.4.2 **Estrutura – até 3 (três) pontos:** a) respeito ao gênero solicitado; b) progressão textual e encadeamento de ideias; c) articulação de frases e parágrafos (coesão textual). 10.4.2.1 A nota será prejudicada, proporcionalmente, caso ocorra, quanto ao Conteúdo, abordagem tangencial, parcial ou diluída em meio a divagações e/ou colagem de textos e de questões apresentados na prova. 10.4.3 **Expressão – até 3 (três) pontos:** A avaliação da expressão não será feita de modo estanque ou mecânico, mas sim de acordo com sua estreita correlação com os demais critérios, considerando-se: a) desempenho linguístico de acordo com o nível de conhecimento exigido; adequação do nível de linguagem adotado à produção proposta e coerência no uso; b) domínio da norma culta formal, com atenção aos seguintes itens: estrutura sintática de orações e períodos; propriedade vocabular; concordância verbal e nominal; pontuação; regência verbal e nominal; emprego de pronomes; flexão verbal e nominal; uso de tempos e modos verbais; grafia e acentuação. 10.5 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na **Prova Discursiva-Redação**, deverão os candidatos valer-se das normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto Federal nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 10.6 Será atribuída nota **ZERO à Prova Discursiva-Redação** que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) não atender aos critérios dispostos no item 10.4 deste Capítulo. c) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d) for assinada fora do local apropriado; e) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; f) estiver em branco; g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; h) não atender aos requisitos definidos na grade de correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 10.7 Na **Prova Discursiva-Redação**, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 10.8 Na **Prova Discursiva-Redação, para os candidatos a cargos de nível superior**, deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de **30 (trinta) linhas** e máximo de **40 (quarenta) linhas**, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. [...] 10.9 A **Prova Discursiva-Redação** terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver **nota igual ou superior a 6 (seis) pontos**.

**Acaso e determinação**

*Sabemos todos que há experiências em nossa vida que decorrem de interferências de fatores não previstos, de surpresas, de acidentes súbitos, constitutivos do que se costuma chamar de acaso. Há os que falam ainda em surpresas do destino, armadilhas da sorte etc. Seja como for, sentimo-nos de repente bastante vulneráveis em face de um acontecimento inteiramente fora das nossas expectativas. O acaso pode, de fato, desviar-nos do curso de algum roteiro que havíamos previsto para nossa vida.*

*Tal força do acaso pode, no entanto, ser enfrentada pelos valores essenciais que determinamos para reger nossa conduta, nossa ética, nossa moral. São princípios, portanto, que compõem uma determinação íntima nossa, uma convicção básica quanto ao que somos ou que desejamos ser. Se a força dessa determinação não pode por si mesma eliminar a força do acaso, pode nos valer para seu enfrentamento.*

**Com base no que se afirma, redija um texto dissertativo-argumentativo no qual você exponha com clareza sua posição pessoal diante da relação nele estabelecida entre *acaso* e *determinação*.**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	





12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

R A S C U N H O

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO